

# PARLAMENTO EUROPEU

11 de Janeiro de 1999

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

com pedido de inscrição no debate sobre questões actuais,  
urgentes e muito importantes

artigo 47º do regulamento

por RIBEIRO, MIRANDA, NOVO

em nome do Grupo CEUE/EVN

sobre a situação em Timor-Leste e na Indonésia

**O Parlamento Europeu,**

- Tendo em conta as suas anteriores resoluções sobre Timor-Leste e a Indonésia;
  - Tendo em conta as resoluções da ONU sobre Timor-Leste;
  - Tendo em conta as conclusões do Conselho Europeu, de 11 e 12 de Dezembro de 1998, em Viena
- A. Considerando a repressão levada a cabo contra a população civil timorense pelas tropas indonésias, de que são exemplo os acontecimentos ocorridos na cidade de Alas, nos dias 20 e 21 de Novembro, os quais, segundo diversas fontes, provocaram várias dezenas de mortos além de um número indeterminado de famílias desaparecidas;
- B. Considerando que, ao contrário do que as autoridades indonésias tentaram fazer crer, o número de militares estacionados no território ocupado de Timor-Leste não só não diminuiu como até foi incrementado;
- C. Considerando que as autoridades indonésias estão a promover a criação de milícias paramilitares em Timor-Leste, nomeadamente através da distribuição de armas;
- D. Considerando que a libertação dos prisioneiros políticos por parte das autoridades indonésias continua a ser selectiva, uma vez que exclui os condenados à morte detidos desde 1965, na sequência do golpe de estado perpetrado por Suharto, bem como os condenados pela sua oposição à anexação de Timor-Leste, nomeadamente Xanana Gusmão;

- E. Considerando as declarações do presidente Habibie que, não obstante reconhecer a particularidade do caso de Timor-Leste ao admitir a atribuição de um estatuto especial ao território através do reconhecimento das suas especificidades culturais e religiosas, continua a recusar o inalienável direito do povo timorense à auto-determinação;
- F. Considerando que, desde a queda do ditador Suharto e sua substituição pelo presidente Habibie, a situação na Indonésia pouco ou nada se alterou, quer quanto à falta de democracia e de respeito pelos direitos humanos, quer no que se refere à melhoria das condições de vida de amplos sectores da população;
- G. Considerando que, como sinal do mal-estar que se vem acumulando entre a população indonésia, as manifestações de descontentamento e protesto se vêm repetindo, com a subsequente repressão que sobre elas foi desencadeada pelo governo de Habibie, causando inúmeros mortos e feridos;
- H. Considerando as expectativas criadas em torno da realização das necessárias transformações políticas, económicas e sociais exigidas pelo povo indonésio, após a queda do ditador Suharto;
1. Responsabiliza e condena o governo indonésio pelo massacre provocado pelos seus militares em Alas e exige a realização imediata de um inquérito, sob a égide da ONU, por forma a apurar as verdadeiras dimensões e responsáveis directos por este crime;
  2. Apela a que, no quadro das mudanças necessárias e prometidas na Indonésia, sejam tomadas medidas inequívocas e determinadas que proporcionem uma resolução pacífica do problema de Timor-Leste, a qual, no respeito do direito internacional e das resoluções das Nações Unidas, conduza à auto-determinação daquele território;
  3. Insta o Governo da indonésia a retirar as suas forças militares de Timor-Leste e a suspender imediatamente a promoção da criação de grupos paramilitares através da distribuição selectiva de armas;
  4. Salienta que a aparente abertura do regime indonésio e pontuais cedências verificadas até ao momento são, no essencial, o resultado da luta do povo indonésio e da abnegada resistência do povo timorense, processo para o qual a pressão da comunidade internacional - nomeadamente do Parlamento Europeu - também contribuiu, pelo que é indispensável manter uma atitude de firmeza face às autoridades indonésias;
  5. Exige a libertação imediata e incondicional de todos os presos políticos, designadamente dos que se encontram detidos há 33 anos e dos que se opuseram à ocupação de Timor-Leste;
  6. Reitera a decisão contida na sua resolução de 21 de Novembro de 1991 sobre o massacre em Timor-Leste no sentido de ali enviar uma delegação sua;

7. Considera necessário concretizar as exigências que mobilizaram os protestos populares que conduziram à actual situação, nomeadamente no que se refere à democratização da Indonésia, à realização de eleições democráticas e ao respeito dos direitos humanos, à melhoria das condições de vida da população e ao combate à corrupção;
8. Insta o Governo indonésio a abster-se de exercer qualquer tipo de violência contra a realização de manifestações pacíficas e a que o seu compromisso de realizar eleições livres e democráticas se concretize no mais curto espaço de tempo;
9. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, ao governo da Indonésia, ao Secretário-Geral das Nações Unidas e ao Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos do Homem.

<GUE/NGL-indtimor>  
<RES>

(PGUERREIRO)  
(Estrasburgo: 74758)